

ADEMIR APARECIDO RIBEIRO DOCERIA

# **RELATÓRIO DE ANÁLISE DE PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Processo nº 1001190-70.2020.8.26.0069



# ÍNDICE

<b>1. SUMÁRIO EXECUTIVO</b>	<b>4</b>
<b>2. SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL</b>	<b>6</b>
<b>3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES</b>	<b>14</b>
<b>4. ALIENAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>16</b>
<b>5. INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONFLITANTES COM A LEI 11.101/2005</b>	<b>18</b>
<b>6. CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005</b>	<b>20</b>
<b>7. GLOSSÁRIO</b>	<b>22</b>

**Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Bastos – Estado de São Paulo.**

Dr. Arthur Lutiheri Baptista Nespoli

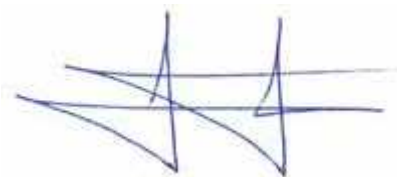
Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea “h”, da Lei 11.101/2005.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pela Recuperanda, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como no Plano de Recuperação Judicial e anexos apresentados nos autos pela Recuperanda.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao Juízo, aos credores e demais interessados as disposições do Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Recuperanda, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial. Este relatório e demais documentos relacionados a presente recuperação judicial estão disponíveis para consulta no **Processo nº 1001190-70.2020.8.26.0069** e no site [www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br).

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Maringá/PR, 31 de março de 2021.



**M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**  
ADMINISTRADORA JUDICIAL  
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195  
**Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES**  
OAB/PR nº 65.066

# 1

## SUMÁRIO EXECUTIVO

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
<b>Síntese do PRJ</b>	O PRJ foi apresentado tempestivamente pela Recuperanda no dia 11 de dezembro de 2020, às fls. 656-718, com os respectivos anexos, o qual dispõe sobre os meios de recuperação pretendidos pela Recuperanda, os possíveis cenários de soerguimento da atividade, as propostas de pagamento dos credores concursais, e adesão a forma de pagamento do PRJ pelos credores extraconcursais.
<b>Condições de Pagamento de Credores</b>	O PRJ apresentado dispõe sobre as formas de pagamento dos credores concursais em sua cláusula de número 8, estabelecendo carência para início dos pagamentos, e deságio para os credores da Classe II e Classe III de 60% e Classe IV de 10%. Importante destacar que não foram criadas subclasses no PRJ em análise.
<b>Alienação de Ativos</b>	O PRJ estabelece em sua cláusula de número 9 a possibilidade da Recuperanda alienar quaisquer bens de seu ativo permanente, dispondo na mesma oportunidade que o montante obtido com tais alienações será destinado ao pagamento de credores e reforço no capital de giro.
<b>Cláusulas Conflitantes com a Lei 11.101/2005</b>	Após análise do PRJ apresentado pela Recuperanda, não foram identificadas por esta Administradora Judicial cláusulas contrárias às disposições da Lei 11.101/2005.
<b>Condutas Previstas pelo art. 64 da Lei 11.101/2005</b>	No plano de recuperação judicial em análise não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do artigo 64 da Lei 11.101/2005.

# 2

## **2. SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

## 2.1 TEMPESTIVIDADE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Consoante prevê a redação do artigo 53 da Lei 11.101/2005, a Recuperanda possui o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar em Juízo seu Plano de Recuperação Judicial, a contar da publicação da decisão que defere o processamento da Recuperação Judicial.

*In casu*, extrai-se dos autos recuperacionais que a decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial foi publicada no DJ-e do TJ-SP no dia 14 de outubro de 2020 (veiculado em 13 de outubro de 2020), razão pela qual se têm como prazo fatal para o cumprimento de tal determinação exarada pela Lei 11.101/2005, a data de 14 de dezembro de 2020.

Compulsando os autos, extrai-se que a Recuperanda apresentou seu Plano de Recuperação Judicial em 11 de dezembro de 2020, às fls. 656-718 dos autos, restando, portanto, **TEMPESTIVO** tal ato, consoante fundamentação supra.

## 2.2 RESUMO DO LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO E LAUDO DE AVALIAÇÃO

### 2.2.1 LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Analisando o Resumo do Laudo Econômico-Financeiro, verificamos que a Recuperanda **ADEMIR DOCERIA** adotou modelos de avaliação dos resultados baseados nas DFs – Demonstrações Financeiras Históricas (2016 a 2019 e Parcial do ano de 2020) - conforme apresentado na **Figura 1** - projetando os resultados futuros para o período de 2020 a 2029, num total de 10 anos, apresentando esses resultados no modelo de **DRE – Demonstração de Resultado do Exercício (Figura 2) e de Fluxo de Caixa (Figura 3)**, conforme apresentado a seguir:

Balanco Patrimonial	2016	2017	2018	2019	Jul-20	Ajuste	Jul-20 Ajustado
<b>ATIVO</b>	<b>801.142,69</b>	<b>817.818,89</b>	<b>467.381,69</b>	<b>899.733,14</b>	<b>1.474.023,04</b>		<b>607.830,27</b>
ATIVO CIRCULANTE	73.824,49	86.300,35	80.034,02	209.897,21	504.187,11		37.694,34
DISPONIBILIDADES	37.298,71	40.191,60	17.635,35	182.160,66	876.161,44	(866.492,77)	9.668,67
CAIXA GERAL	37.298,71	40.191,60	17.635,35	182.160,66	876.161,44	(866.492,77)	9.668,67
Caixa	37.298,71	40.191,60	17.635,35	182.160,66	876.161,44	(866.492,77)	9.668,67
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.289,12		24.289,12
OUTRAS CONTAS	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.289,12		24.289,12
Creditos a receber	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.289,12		24.289,12
ESTOQUES	12.424,99	22.108,79	8.398,67	3.736,55	3.736,55		3.736,55
ESTOQUES DE MATERIAS	12.424,99	22.108,79	8.398,67	3.736,55	3.736,55		3.736,55
Mercadorias p/ Revenda	12.424,99	22.108,79	8.398,67	3.736,55	3.736,55		3.736,55
ANTECIPACOES	103,79	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
DESPESAS DO EXERCICIO SEQUENTES	103,79	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Seguro a Apropriar	103,79	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
<b>ATIVO NAO CIRCULANTE</b>	<b>427.318,20</b>	<b>431.318,20</b>	<b>417.347,67</b>	<b>489.836,93</b>	<b>569.836,93</b>		<b>569.836,93</b>
ATIVO IMOBILIZADO	427.318,20	431.318,20	417.347,67	489.836,93	569.836,93		569.836,93
VEICULOS	87.072,52	87.072,52	45.309,90	45.309,90	45.309,90		45.309,90
Automoveis	87.072,52	87.072,52	45.309,90	45.309,90	45.309,90		45.309,90
MOVEIS E UTENSILIOS	29.167,00	29.167,00	29.167,00	29.167,00	29.167,00		29.167,00
Movels e Utenslios	29.167,00	29.167,00	29.167,00	29.167,00	29.167,00		29.167,00
MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	311.078,68	315.078,68	342.870,77	415.359,03	495.359,03		495.359,03
Maquinas e Equipamentos	311.078,68	315.078,68	342.870,77	415.359,03	495.359,03		495.359,03
<b>PASSIVO</b>	<b>801.142,69</b>	<b>817.818,89</b>	<b>467.381,69</b>	<b>899.733,14</b>	<b>1.474.023,04</b>		<b>607.830,27</b>
PASSIVO CIRCULANTE	470.331,06	609.971,17	446.898,76	603.104,67	1.386.018,06		1.492.889,16
OBRIGACOES A CURTO PRAZO	470.331,06	609.971,17	446.898,76	603.104,67	1.386.018,06		1.492.889,16
OBRIGACOES TRABALHISTAS	24.426,18	21.922,29	23.430,23	22.695,61	20.980,91		20.980,91
Salarios e Ordenados a Pagar	24.426,18	21.922,29	23.430,23	22.695,61	20.980,91		20.980,91
OBRIGACOES SOCIAIS	8.899,64	10.108,39	11.041,94	13.770,83	12.307,06		12.307,06
INSS a Recolher	2.317,31	2.589,86	2.875,16	2.763,53	2.473,44		2.473,44
FGTS a Recolher	3.282,33	7.522,51	8.166,78	11.007,30	9.833,62		9.833,62
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	13.464,06	17.393,94	22.163,94	33.893,67	43.966,87		43.966,87
FORNECEDORES	87.013,13	86.622,55	23.864,66	62.270,43	25.758,22		25.758,22
EMPRESTIMOS	467.892,47	370.809,27	363.233,80	477.179,98	1.249.584,87	136.541,09	1.386.125,96
Banco do Brasil S/A	94.753,58	94.753,58	13.418,33	3.357,05	107.881,57	(60.631,67)	47.250,00
Caixa Economica Federal	164.726,39	157.916,21	32.563,96	61.188,90	77.626,55	26.873,45	104.500,00
Sociedades de empresa			140.000,00	140.000,00	140.000,00	0,00	140.000,00
Banco Bradesco SA	183.344,66	101.472,76	92.079,17	91.423,14	614.224,14	75.702,69	689.926,83
COOPRED - SICOOP	25.067,84	16.666,72	85.172,34	49.335,26	93.006,49	12.532,68	105.539,17
Banco Santander	0,00	0,00	0,00	111.875,63	216.846,12	82.063,84	298.909,96
CONTAS A PAGAR	(128.054,41)	3.114,73	3.164,17	3.294,05	3.431,13		3.431,13
PASSIVO NAO CIRCULANTE	232.881,67	232.881,67	217.439,99	0,00	0,00		0,00
OBRIGACOES A LONGO PRAZO	232.881,67	232.881,67	217.439,99	0,00	0,00		0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	(202.069,94)	(226.234,15)	(199.967,06)	96.628,67	118.004,98	(1.003.033,86)	(885.028,88)
CAPITAL REALIZADO	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	(212.069,94)	(236.234,15)	(209.967,06)	86.628,67	108.004,98	(1.003.033,86)	(895.028,88)

Figura 1: Balanço Patrimonial – Laudo Econômico e Financeiro (Anexo I)



Em R\$ (Reais)	Realizado				Projeção									
	2017	2018	2019	2020*	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
<b>Receita Bruta</b>	<b>837.589</b>	<b>925.681</b>	<b>1.462.308</b>	<b>674.924</b>	<b>1.349.848</b>	<b>1.376.845</b>	<b>1.404.382</b>	<b>1.432.470</b>	<b>1.461.119</b>	<b>1.490.342</b>	<b>1.520.149</b>	<b>1.550.552</b>	<b>1.581.563</b>	<b>1.613.194</b>
(-) Deduções	(62.714)	(74.301)	(125.527)	(60.825)	(121.649)	(124.082)	(126.564)	(129.095)	(131.677)	(134.311)	(136.997)	(139.737)	(142.531)	(145.382)
% Receita Bruta	-7,5%	-8,0%	-8,6%	-9,0%	-9,0%	-9,0%	-9,0%	-9,0%	-9,0%	-9,0%	-9,0%	-9,0%	-9,0%	-9,0%
<b>Receita Líquida</b>	<b>774.875</b>	<b>851.381</b>	<b>1.336.781</b>	<b>614.100</b>	<b>1.228.199</b>	<b>1.252.763</b>	<b>1.277.818</b>	<b>1.303.375</b>	<b>1.329.442</b>	<b>1.356.031</b>	<b>1.383.152</b>	<b>1.410.815</b>	<b>1.439.031</b>	<b>1.467.812</b>
(-) Custo da Mercadoria V	(255.077)	(222.186)	(261.228)	(157.725)	(315.450)	(315.496)	(315.416)	(315.208)	(321.512)	(327.942)	(334.501)	(341.191)	(348.015)	(354.975)
% Receita Líquida	-32,9%	-26,1%	-19,5%	-25,7%	-25,7%	-25,2%	-24,7%	-24,2%	-24,2%	-24,2%	-24,2%	-24,2%	-24,2%	-24,2%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>519.798</b>	<b>629.194</b>	<b>1.075.552</b>	<b>456.374</b>	<b>912.749</b>	<b>937.268</b>	<b>962.402</b>	<b>988.167</b>	<b>1.007.930</b>	<b>1.028.089</b>	<b>1.048.651</b>	<b>1.069.624</b>	<b>1.091.016</b>	<b>1.112.836</b>
% Receita Bruta	67,1%	73,9%	80,5%	74,3%	74,3%	74,8%	75,3%	75,8%	75,8%	75,8%	75,8%	75,8%	75,8%	75,8%
(-) Despesas Administrati	(540.788)	(568.829)	(702.860)	(436.570)	(873.141)	(865.549)	(870.081)	(874.449)	(878.644)	(896.217)	(914.141)	(932.424)	(951.072)	(970.094)
% Receita Bruta	-69,8%	-66,8%	-52,6%	-71,1%	-71,1%	-69,1%	-68,1%	-67,1%	-66,1%	-66,1%	-66,1%	-66,1%	-66,1%	-66,1%
<b>EBITDA</b>	<b>(20.990)</b>	<b>60.366</b>	<b>372.693</b>	<b>19.804</b>	<b>39.608</b>	<b>71.719</b>	<b>92.321</b>	<b>113.718</b>	<b>129.286</b>	<b>131.872</b>	<b>134.510</b>	<b>137.200</b>	<b>139.944</b>	<b>142.743</b>
% Receita Bruta	-2,7%	7,1%	27,9%	3,2%	3,2%	5,7%	7,2%	8,7%	9,7%	9,7%	9,7%	9,7%	9,7%	9,7%

\* Até junho/2020

Figura 2: Demonstrativo de Resultado - Projetado – Laudo Econômico e Financeiro (Anexo I)

Em R\$ (Reais)	Projeção									
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
<b>EBITDA</b>	<b>39.608</b>	<b>71.719</b>	<b>92.321</b>	<b>113.718</b>	<b>129.286</b>	<b>131.872</b>	<b>134.510</b>	<b>137.200</b>	<b>139.944</b>	<b>142.743</b>
% Receita Bruta	3,2%	5,7%	7,2%	8,7%	9,7%	9,7%	9,7%	9,7%	9,7%	9,7%
<b>Contas de Fluxo de Caixa</b>										
(+/-) Variação do Capital Circulante Líquido	0	(4.304)	(1.427)	(4.868)	(8.181)	(26.527)	(27.058)	(27.599)	(28.151)	(28.714)
Contas a Receber		(13.768)	(14.044)	(14.325)	(14.611)	(29.807)	(30.403)	(31.011)	(31.631)	(32.264)
Estoque		(3.155)	(3.154)	(3.152)	(3.215)	(6.559)	(6.690)	(6.824)	(6.960)	(7.100)
Contas a Pagar		12.620	15.771	12.608	9.645	9.838	10.035	10.236	10.440	10.649
(-) Investimentos	0	0	0	0	(5.000)	(5.050)	(5.101)	(5.152)	(5.203)	(5.255)
(-) Pagamento da Dívida Extraconcursais	(27.150)	(47.160)	(35.160)	(35.160)	(35.160)	(17.580)	0	0	0	0
<b>Fluxo de Caixa Para Pgto RJ</b>	<b>12.458</b>	<b>20.255</b>	<b>55.733</b>	<b>73.689</b>	<b>80.945</b>	<b>82.715</b>	<b>102.351</b>	<b>104.449</b>	<b>106.590</b>	<b>108.774</b>
(-) Pagamento da Dívida na RJ	0	(3.523)	(68.253)	(67.729)	(66.607)	(65.484)	(64.362)	(63.239)	(62.116)	(60.994)
Juros	0	(37)	(8.382)	(7.858)	(6.736)	(5.613)	(4.490)	(3.368)	(2.245)	(1.123)
Principal	0	(3.486)	(59.871)	(59.871)	(59.871)	(59.871)	(59.871)	(59.871)	(59.871)	(59.871)
<b>Fluxo de Caixa Livre</b>	<b>12.458</b>	<b>16.732</b>	<b>(12.520)</b>	<b>5.960</b>	<b>14.339</b>	<b>17.231</b>	<b>37.990</b>	<b>41.210</b>	<b>44.473</b>	<b>47.780</b>

Figura 3 – Fluxo de Caixa - Projetado – Laudo Econômico e Financeiro (Anexo I)



Com base nas análises dos demonstrativos apresentados, verificamos que a Recuperanda foi conservadora na projeção da sua receita com uma taxa média de crescimento anual da receita bruta de 2%, percentual considerado conservador por esta Administradora Judicial, sendo que a **Receita Bruta** total estimada no período é de **R\$ 14,780 milhão**. Também foi possível avaliar que houve a consideração adequada dos **Custo das Mercadorias Vendidas e Despesas Administrativas** que foram projetados com base no histórico do registro destas despesas conforme os dados contábeis disponíveis.

Ademais, evidenciamos que para análise do **Fluxo de Caixa Projetado**, a Recuperanda se utilizou do resultado **EBITDA ou LAJIDA** (*Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização*) que possibilita a análise da rentabilidade operacional da empresa, demonstrando uma rentabilidade acumulada de **R\$ 1,133 milhão**, capaz de suportar uma variação negativa do **Capital Circulante Líquido** no período de **R\$ 156,829 mil**, Investimentos totais de R\$ 30,761 mil e o **Pagamento de Dívidas Extraconcursais** de **R\$ 197,370 mil** e também o **Pagamento das Dívidas da Recuperação Judicial** no total de **R\$ 522,307 mil** gerando um **Fluxo de Caixa Livre** ao final do período de **R\$ 225,563 mil**.

Desta forma, evidenciamos que a Recuperanda previu adequadamente o pagamento dos créditos quirografários na rubrica **Pagamento da Dívida RJ**, no montante de **R\$ 522,307 mil**, valor esse que, quando aplicado o percentual de redução previsto na recuperação (60% em média) é superior ao apurado por esta Administradora Judicial quando comparado os números presentes na recuperação, porém que não se constitui em limitação a projeção proposta.

#### Quadro I - Crédito concursal da relação por classe de credores com a aplicação do deságio

Classe	Moeda	Dívida Atual (R\$)	Deságio (%)	Dívida Após Aprovação do PRJ (R\$)
Classe I – Créditos Trabalhistas	BRL	3.000,00	0,00%	3.000,00
Classe II – Créditos Com Garantia Real	BRL	0	0,00%	0,00
Classe III – Créditos Quirografários	BRL	1.142.718,29	60,00%	457.087,32
Classe IV – Créditos ME / EPP	BRL	451,8	10,00%	406,62
<b>Total</b>		<b>1.146.170,09</b>		<b>460.493,94</b>

## 2.2.2 LAUDO DE AVALIAÇÃO

Evidenciamos que o Laudo de Avaliação apresentado pela Recuperanda **ADEMIR DOCERIA** elaborado pelo Engenheiro Civil **Carlos Takashi Kobayashi** com registro no CREA/SP nº 060096665, datado de 10/12/2020, apresenta menção aos bens analíticos dos grupos de Móveis e Utensílios, Veículos e de Máquinas e Equipamentos, grupos estes que estão presentes nas demonstrações contábeis da Recuperanda.

Contudo, constatamos que o laudo é omissivo em relação à metodologia utilizada para a avaliação, tampouco apresenta informações que possibilitem a análise e conclusão sobre

a necessidade de ágio ou deságio dos bens em relação ao valor contabilizado na data-base do trabalho ou mesmo a necessidade de exclusão de algum bem em decorrência a obsolescência.

Ademais, não houve a determinação da vida útil residual dos bens, impossibilitando a determinação dos percentuais de depreciação, linear ou acelerada, dependendo do uso do bem.

Apresentamos a seguir (Quadro II) o comparativo dos valores contábil e os apresentados no referido laudo para fins informativos:

**Quadro II - Comparativo dos valores contábil do Imobilizado da ADEMIR DOCERIA e os valores do laudo emitido em 10/12/2020**

GRUPO	SUBGRUPO	DESCRIÇÃO	SALDO CONTÁBIL	LAUDO AVALIAÇÃO	VARIAÇÃO	%
IMOBILIZADO	BENS EM OPERAÇÃO	Maquinas, Aparelhos e Equipamentos	495.359,03	365.059,70	-130.299,33	-26,30%
		Móveis e Utensílios	29.167,00	19.504,20	-9.662,80	-33,13%
		Veículos	45.309,90	65.000,00	19.690,10	43,46%
Total Bens em Operação			569.835,93	449.563,90	-120.272,03	-21,11%
TOTAL ATIVO IMOBILIZADO			569.835,93	449.563,90	-120.272,03	-21,11%

Fonte: Elaborado a partir dos demonstrativos contábeis da Recuperanda em Junho/2020 e Laudo de Avaliação do dos Ativos

## 2.2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciamos que o plano de Recuperação Judicial da ADEMIR DOCERIA foi elaborado de forma adequada e possibilita a avaliação da projeção dos resultados ao longo do processo de recuperação, não sendo constatado nenhum dado ou informação que possa vir a prejudicar os números apresentados.

Ademais, verificamos que o valor relativo aos credores não sujeitos a recuperação judicial, no valor de **R\$ 163,2 mil (Quadro III)** foi considerado no fluxo de caixa projetado, sob a rubrica de **"Pagamentos de Dívidas Extraconcursais"** no montante de **R\$ 197,3 mil**.

**Quadro III – Credores não sujeitos a Recuperação Judicial**

Natureza do Crédito Extraconcursal	Moeda	Nº de Credores	Valor (Em Reais)
Débitos Tributários	BRL	-	-
Contratos de Alienação Fiduciária	BRL	2	163.232,41
Cessão Fiduciária de Títulos / Direitos Creditórios	BRL	-	-
Arrendamentos Mercantis	BRL	-	-
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	BRL	-	-
Obrigação de Fazer, de Dar e/ou de Entregar	BRL	-	-
Obrigações Ilíquidas	BRL	-	-
<b>Total</b>		<b>2</b>	<b>163.232,41</b>

Fonte: Informações apresentadas pelo Requerente

Quando avaliado o **Laudo de Avaliação dos Ativos**, que apresenta redução no valor do **Ativo Imobilizado** no montante de **R\$ 120,272 mil** (-21,11%), verificamos a necessidade de a Recuperanda garantir que informações quanto a vida útil remanescente dos bens e consequente taxa de depreciação, sejam definidas, possibilitando os ajustes contábeis que se fizerem necessário, em consonância às normativas contábeis aplicáveis, a exemplo do CPC 27 – Ativo Imobilizado e **CPC 46 – Mensuração do Valor Justo**.

## 2.3 RESUMO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO

A Recuperanda apresentou no item 5.1 do PRJ, os meios de recuperação que pretende adotar visando o soerguimento da empresa, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da Lei 11.101/2005. Segue uma síntese dos referidos meios:

- I – Concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas;
- II – Cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente;
- III – Alteração do controle societário;
- IV – Substituição total ou parcial dos administradores do devedor ou modificação de seus órgãos administrativos;
- V – Concessão aos credores de direito de eleição em separado de administradores e de poder de veto em relação às matérias que o plano especificar;
- VI – Aumento de capital social;
- VII – Trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados;
- VIII – Redução salarial, compensação de horários e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva;
- IX – Dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiros;
- X – Constituição de sociedade de credores;
- XI – Venda parcial dos bens;
- XII – Equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de recuperação judicial, aplicando-se inclusive aos contratos de crédito rural, sem prejuízo do disposto em legislação específica;
- XIII – Usufruto da empresa;
- XIV – Administração compartilhada;
- XV – Emissão de valores mobiliários;
- XVI – Constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar, em pagamento dos créditos, os ativos do devedor.

Além das medidas elencadas alhures, a Recuperanda prevê a possibilidade de análise de eventuais

propostas de venda da atividade empresarial e/ou participação societária, como por exemplo via criação de UPI, bem como prevê a possibilidade de obtenção de recursos por meio do *DIP Financing*.

## 2.4 MEDIDAS ADOTADAS PARA RECUPERAÇÃO DO NEGÓCIO

Conforme se extrai pelo item 3.1 do Plano de Recuperação Judicial apresentado pela empresa Recuperanda, já foram efetivadas algumas medidas saneadoras com o fim de enfrentamento da crise econômica vivida. São as seguintes medidas tomadas:

- I – Mudança de portfólio de produtos ofertados aos clientes;
- II – Concentração em produtos de maior rentabilidade, resultando em vendas mais lucrativas;
- III – Adequação de seu quadro de funcionários para uma realidade mais enxuta;
- IV – Contratação de profissionais especializados em reestruturação de empresas;
- V – Reestruturação operacional;
- VI – Redução de custos fixos;
- VII – Simplificação de seus processos produtivos.

## 2.5 RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA PAGAMENTO DE CREDORES SUJEITOS AINDA NÃO CONTEMPLADOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES

O Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Recuperanda não prevê contingência para pagamento de credores ainda não arrolados na Relação Nominal de Credores, se limitando tão somente a estabelecer propostas de pagamento aos credores já arrolados na referida relação.

## 2.6 MEIOS DE SATISFAÇÃO DOS CRÉDITOS FISCAIS E DEMAIS CRÉDITOS NÃO SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A cláusula 8.4 do Plano de Recuperação Judicial, prevê a possibilidade de adesão aos termos dispostos no referido PRJ pelos credores não sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial, até a data do pedido de Recuperação Judicial, por meio de Termo de Adesão, sendo a forma de pagamento de tais credores nos moldes estabelecidos no item 8.8, o mesmo tratamento conferido aos credores ME/EPP.

Destarte, o Plano de Recuperação Judicial não dispõe sobre qualquer outra forma de satisfação de créditos não sujeitos aos efeitos recuperacionais, tampouco acerca de créditos tributários.

## 2.7 PROPOSTA DE EXTINÇÃO DE GARANTIAS

O Plano de Recuperação Judicial apresentado às fls. 656-718, em sua cláusula 8.6.6.1 estabelece que na hipótese de algum crédito sujeito à RJ subsistir garantidores, também haverá novação da dívida perante aos referidos terceiros garantidores, com a consequente renúncia ao direito de executá-los, sendo aplicável tal previsão exclusivamente àqueles credores que votarem expressamente pela aprovação do PRJ, não havendo aplicação aos credores dissidentes, ausentes e os que se abstiveram do direito de voto, os quais terão mantidas suas garantias originalmente contratadas.

3

## CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES



### 3.1 FORMA DE PAGAMENTO POR CLASSE

Consoante ao Plano de Recuperação Judicial apresentado às fls. 656-718 dos autos, apresenta-se na sequência síntese da forma de pagamento proposta pela Recuperanda, constante na cláusula 8 do PRJ, por classe de credores:

Classe	Opção	Parcela Inicial	Carência (exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	-	Valores até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, em até 30 (trinta) dias da decisão que homologar o PRJ. Os demais créditos trabalhistas serão pagos em até 1 (um) ano da decisão que homologar o PRJ.	Até 30 (trinta dias) para os valores estritamente salariais vencidos em até 3 (três) meses antes do pedido de RJ. Em até 1 (um) ano os valores que excederem os demais.	Em 30 (trinta) dias os valores correspondentes a até 5 (cinco) salários mínimos vencidos antes do pedido de recuperação judicial e o restante em até 1 (um) ano os valores excedentes com termo inicial da decisão que homologar o plano de recuperação judicial	Taxa Selic	-
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	10º (décimo) dia útil do 13º mês a contar da decisão que homologar o PRJ.	12 (doze) meses a contar da decisão que homologar o PRJ.	96 (noventa e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas	TR + 2% (dois por cento) ao ano a incidir da distribuição do pedido de recuperação judicial	60 % (sessenta por cento)
Classe III Créditos Quirografários	-	10º (décimo) dia útil do 13º mês a contar da decisão que homologar o PRJ.	12 (doze) meses a contar da decisão que homologar o PRJ.	96 (noventa e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas	TR + 2% (dois por cento) ao ano a incidir da distribuição do pedido de recuperação judicial	60 % (sessenta por cento)
Classe IV Créditos ME / EPP	-	Até 1 (um) ano	Até 1 (um) ano a contar da decisão que homologar o PRJ.	Até 1 (um ano)	TR + 2% (dois por cento) ao ano a incidir da distribuição do pedido de recuperação judicial	10 % (dez por cento)

Fonte: Plano de Recuperação Judicial (fls. 656-718)

### 3.2 CREDORES COLABORADORES E SUBCLASSES

No presente caso, inexistente previsão de subclasses ou credores colaboradores no Plano de Recuperação Judicial apresentado pela empresa Recuperanda.

4

## ALIENAÇÃO DE ATIVOS

## 4.1 RELAÇÃO DE BENS INDICADOS PARA VENDA

Em sua cláusula 9, o Plano de Recuperação Judicial prevê a possibilidade de alienação de quaisquer bens do ativo permanente da Recuperanda, exceto aqueles onerados ou que venham a ser onerados na forma do PRJ, a serem alienados por valor superior a 51% (cinquenta e um por cento) do valor de avaliação do bem (indicados no Laudo de Avaliação às fls. 669-672), e promovida na forma do art. 60 e art. 142, ambos da Lei 11.101/2005. Destarte, cumpre ressaltar que não houve a indicação pormenorizada dos bens passíveis de alienação.

## 4.2 FORMA DE ALIENAÇÃO E DESTINAÇÃO DO PRODUTO

Na hipótese de alienações, o PRJ em sua cláusula 9.3 estabelece que o produto da venda de ativos poderá ter duas destinações, a critério da Recuperanda, sendo estes:

- a) Pagamento de Credores;
- b) Reforço de Capital de Giro

Em tempo, importante mencionar que a referida cláusula estabelece que as alienações serão feitas na forma dos artigos 60 e 142, ambos da Lei 11.101/2005.

5

**INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS  
CONFLITANTES COM A LEI  
11.101/2005**

## 5.1 INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRÁRIAS E QUE NÃO GUARDAM RESPALDO À LEI 11.101/2005

Em análise ao Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Recuperanda, não foram identificadas por esta Administradora Judicial cláusulas em atrito às disposições expressas e axiológicas da Lei 11.101/2005.

6

**CONDUTAS PREVISTAS PELO  
ART. 64 DA LEI 11.101/2005**



## 6.1 CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005

No Plano de Recuperação Judicial em análise não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do artigo 64 da Lei 11.101/2005.

7

## GLOSSÁRIO

AGC – Assembleia Geral de Credores  
AI – Agravo de Instrumento  
AJ – Administradora Judicial  
ART. – Artigo  
CCB – Cédula de Crédito Bancário  
DJE – Diário de Justiça Eletrônico  
DES – Desembargador (a)  
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício  
ED – Embargos de Declaração  
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada  
EPP – Empresa de Pequeno Porte  
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços  
INC. - Inciso  
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)  
LTDA – Limitada  
ME – Microempresa  
MM. – Meritíssimo  
M – Milhão  
MOV. - Movimentação  
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
QGC – Quadro Geral de Credores  
RJ – Recuperação Judicial  
Rel. – Relator (a)  
Recuperanda – Ademir Aparecido Ribeiro Doceria - ME  
Resp – Recurso Especial  
RMA – Relatório Mensal de Atividades  
RNC – Relação Nominal de Credores  
ROA – Retorno sobre ativo total  
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido  
S. A. – Sociedade Anônima  
STJ – Superior Tribunal de Justiça  
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná  
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo  
TRF – Tribunal Regional Federal  
PRJ – Plano de Recuperação Judicial

### **CURITIBA/PR**

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,  
Edifício World Business, Centro Cívico  
CEP 80.530-000  
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

### **MARINGÁ/PR**

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,  
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01  
CEP 87.020-015  
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

### **SÃO PAULO/SP**

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar  
Ed. José Martins Borges - Bela Vista  
CEP 01.310-000  
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850

[www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br)  
[marcio@marquesadmjudicial.com.br](mailto:marcio@marquesadmjudicial.com.br)